

PORTARIA Nº 49/2023 - P

Publicada no Diário da Assembleia nº 3639 de 14/09/2023

“Dispõe sobre a Declaração de Inexigibilidade de Licitação em atendimento aos interesses da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.”

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28, do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997) e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319 de 30 de abril de 2015, e ainda com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021.

Considerando que o artigo 74, inciso I, da Lei nº 14.133/21 dispõe sobre os casos de inexigibilidade de licitação, em virtude da inviabilidade de competição quando o objeto é exclusivo e não se justifica a realização do certame;

Considerando o disposto na Solicitação de Material e Serviços - SMS (fls. 02) dos autos, pela qual a Diretoria de Área de Comunicação e Propaganda – DICOP, solicita a contratação de assinatura anual de jornal e periódico no intuito de atender aos gabinetes dos parlamentares, bem como, as diretorias desta Casa de Leis;

Considerando o disposto no Despacho de Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (fls. 79/80) da Diretoria de Compras, Material e Patrimônio - DICOMP, que motiva a necessidade da contratação direta da empresa “J. Câmara & Irmãos S/A”, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 01.536.754/0003-95, pelas razões elencadas da mesma;

Considerando que a contratação direta não pressupõe a inobservância dos princípios administrativos, nem tampouco, caracteriza uma livre atuação da administração. Quando em verdade há um procedimento administrativo de inexigibilidade de licitação que antecede a contratação, que mesmo sendo inviável a competição, que é necessário a observância de determinados requisitos legais, do qual deverá ser fundamentado e comprovado em um processo de inexigibilidade;

Considerando, o parecer Jurídico nº 00170/2023-GAB-PGA/PJA/AL-TO, (fls. 85 a 93), lavrado pelo Procurador-Geral da Assembleia, externando a possibilidade da contratação da empresa citada, com fundamento no artigo 74, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021;

Considerando ainda que em atendimento à supra aludida norma legal, esclarecemos que a escolha da empresa J. Câmara & Irmãos S/A, devidamente inscrita no CNPJ nº 01.536.754/0003-95, não foi contingencial. *Prende-se ao fato de estar dentro dos valores praticados, como se pode observar nas notas fiscais que atestam contratos celebrados com a administração pública, conforme (fls. 26 a 28) acostadas nos autos, bem como, atendeu aos requisitos técnicos, exigidos pela Diretoria de Área de Comunicação e Propaganda - DICOP.*

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar inexigível o processo licitatório para a Contratação da Empresa J. Câmara & Irmãos S/A, (JORNAL DO TOCANTINS), devidamente inscrita no CNPJ nº 01.536.754/0003-95, no valor anual de R\$ 6.436,80 (Seis mil, quatrocentos e trinta e seis reais e oitenta centavos), através do PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 222/2023, visando o atendimento das necessidades da Diretoria de Área de Comunicação e Propaganda - DICOP, com fundamento no artigo 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 2º - Os encargos deste ato correrão por conta da dotação orçamentária do Programa de Trabalho 01.031.1141.2183 – Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais, Natureza 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Unidade Orçamentária 01010 – Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas/TO, 14 de setembro de 2023.

Deputado **AMÉLIO CAYRES**
Presidente